

## Caderno de Provas

### PROCESSO DE ESCOLHA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO CONSELHO TUTELAR

Edital Nº. 001/2023 –  
CMDDCA/JG

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Informática e 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal e solicite a troca da prova.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:

	A	B	C	D
1	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
4	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
⋮				

- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>
Língua Portuguesa	10 questões
Informática	05 questões
Conhecimentos específicos	25 questões
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>40 questões</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto a seguir.

TEXTO

Bônus da educação não terminou

Antônio Gois

Os primeiros números do Censo do IBGE indicaram uma desaceleração do crescimento populacional maior do que previsto. Mesmo considerando que a coleta de dados pode ter sido prejudicada, o país já se encaminhava para o fim do bônus demográfico, período em que a estrutura etária é mais favorável ao crescimento econômico, por causa da diminuição do número de crianças num momento — provisório — em que a população idosa inativa ainda não é tão grande. Um editorial do Globo na semana passada lamentou, com razão, que não soubemos aproveitar plenamente esta janela, elevando a produtividade do trabalhador e investindo melhor no ensino. Mas, ao menos no caso da educação, ainda há tempo para aproveitar o bônus.

No século passado, as altas taxas de fecundidade — ao redor de 6 filhos por mulher nos anos 40 a 70 — dificultaram enormemente a tarefa de atender a demanda exponencial por vagas. Foi um período marcado por soluções precárias, como a organização das escolas em três (às vezes quatro!) turnos.

O atraso escolar já cobrava seu preço, pois um dos benefícios que países ricos colheram antes do Brasil foi justamente terem vivenciado primeiro sua transição demográfica. A expansão das matrículas, ao mesmo tempo em que facilitou a qualificação e o ingresso feminino no mercado de trabalho, também contribuiu para uma queda mais rápida da fecundidade. Isso permitiu que o investimento público e privado por criança fosse maior. No livro “A Jornada da Humanidade”, o economista Oded Galor destaca este como um dos principais fatores que permitiram a algumas sociedades escaparem antes da armadilha malthusiana da pobreza.

Continuamos pagando o preço deste atraso, mas os ventos demográficos mudaram. Entre 2002 e 2022, o número de nascimentos registrados no país caiu de 3,4 para 2,7 milhões. Isso (junto com a queda nas taxas de repetência) se refletiu na diminuição das matrículas no primeiro ciclo do ensino fundamental. Eram 19 milhões em 2003 (em quatro séries), e são 14,6 hoje (em cinco anos letivos). Sergei Soares (Ipea) e co-autores, no artigo “Fim de uma era ou e agora, Maria”, estimam que 18% do aumento do investimento público por aluno entre 2000 e 2015 é explicado pela redução da fecundidade. Os outros dois fatores principais foram, pela ordem, o crescimento do PIB e a decisão política de alocar mais recursos no setor.

Há quem diga que esse aumento foi inútil. É uma meia verdade. De fato, há indicadores em que o resultado foi pífio, caso dos níveis de aprendizagem no ensino médio. Mas registramos ganhos de aprendizagem não desprezíveis nos anos iniciais do fundamental, e não podemos descartar o impacto em variáveis além da escola, como os comprovados efeitos positivos da expansão da matrícula e em indicadores como taxas de homicídio de jovens, gravidez precoce não planejada, diminuição da mortalidade infantil, melhoria da renda e empregabilidade, entre outros. Em resumo, foi insatisfatório, mas não em vão.

A queda nos nascimentos continuará jogando a favor da educação, facilitando a melhoria de salários, diminuição de sobrecargas de trabalho, ampliação do ensino integral, entre outros pontos. Mas isso, claro, só se sustenta se o setor educacional for capaz de resistir à pressão por retirada de orçamento e, ao mesmo tempo, melhorar a gestão dos recursos disponíveis.

Texto disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br>> Acesso em jun. de 2023

01. O título do texto apresenta uma opinião que é

- A) negada, totalmente, ao longo do texto.
- B) negada, parcialmente, ao longo do texto.
- C) confirmada, totalmente, ao longo do texto.
- D) confirmada, parcialmente, ao longo do texto.

**02.** O objetivo principal do texto é

- A) apresentar dados populacionais do censo demográfico brasileiro.
- B) revelar as causas da queda de nascimentos revelada pelo último censo.
- C) mostrar a relação entre o crescimento populacional e a qualidade da educação.
- D) opinar sobre a relação entre decréscimo populacional e qualidade da educação no Brasil.

**03.** De acordo com o texto, a queda do crescimento populacional brasileiro é

- A) favorável ao sistema educacional do Brasil.
- B) favorável ao crescimento econômico do Brasil.
- C) desfavorável à diminuição da mortalidade infantil.
- D) desfavorável à inserção da mulher no mercado de trabalho.

**Para responder as questões 04 e 05, considere o período abaixo.**

**Continuamos pagando o preço deste atraso, mas os ventos demográficos mudaram.**

**04.** A conjunção “mas” liga

- A) duas orações, estabelecendo uma consequência.
- B) dois períodos, estabelecendo uma explicação.
- C) duas orações, estabelecendo uma oposição.
- D) dois períodos, estabelecendo uma adição.

**05.** A conjunção “mas” pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

- A) porém.
- B) embora.
- C) portanto.
- D) por isso.

**06.** Considere o período abaixo.

“De fato, há indicadores em que o resultado foi píffio”

No contexto de uso, o adjetivo “píffio” pode ser substituído, sem haver alteração de sentido, por

- A) simples.
- B) ofensivo.
- C) excelente.
- D) insignificante.

**PROCESSO DE ESCOLHA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL Nº 001/2023 – CMDDCA/JG**

**07.** Avalie o período abaixo.

A expansão das matrículas, ao mesmo tempo em que **facilitou [1]** a qualificação e o ingresso feminino no mercado de trabalho, também **contribuiu [2]** para uma queda mais rápida da fecundidade.

Os verbos **[1]** e **[2]** expressam ações, que ocorrem de maneira

- A) simultânea, e estão flexionados no pretérito imperfeito.
- B) simultânea, e estão flexionados no pretérito perfeito.
- C) sucessiva, e estão flexionados no pretérito imperfeito.
- D) sucessiva, e estão flexionados no pretérito perfeito.

**08.** Considere o trecho abaixo.

Mas isso, claro, só se **sustenta** se o setor educacional for capaz de resistir à pressão por retirada de orçamento e, ao mesmo tempo, melhorar a gestão dos recursos disponíveis.

O substantivo derivado do verbo “sustentar” é grafado como

- A) sustentassão.
- B) sustentação.
- C) sustentarsão.
- D) sustentarção.

**09.** São acentuadas pela regra das palavras paroxítonas:

- A) inútil, séries e também.
- B) rápida, período e países.
- C) bônus, favorável e provisório.
- D) continuará, número matrículas.

**10.** Considere o período abaixo.

A coleta de dados do censo pode ter sido prejudicada no Brasil.

Se o sujeito da frase for flexionado no plural, de acordo com o padrão do português escrito, a nova versão será:

- A) As coletas de dados do censo podem ter sido prejudicadas no Brasil.
- B) As coletas de dados do censo podem ter sido prejudicada no Brasil.
- C) As coletas de dados do censo pode terem sido prejudicadas no Brasil.
- D) As coletas de dados do censo podem terem sido prejudicada no Brasil.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – INFORMÁTICA**

11. A empresa Microsoft possui um Sistema Operacional bastante popular e chegou a dominar cerca de 90% do mercado de computadores pessoais. O nome mais conhecido desse sistema é
- A) Windows.
  - B) Android.
  - C) Ubuntu.
  - D) MacOS.
12. Em um computador que utiliza o sistema operacional da Microsoft, é possível acessar as informações e funcionalidades por meio do atalho **CTRL+SHIFT+ESC**. Entre essas funcionalidades destacam-se a verificação dos Processos em execução, Desempenho, Histórico de aplicativos, Inicializar, Usuários, Detalhes e Serviços. O recurso ou ferramenta que pode ser aberto ao pressionar esse atalho é
- A) Windows Update.
  - B) Gerenciador de Tarefas.
  - C) Explorador de Arquivos.
  - D) Prompt de Comando.
13. No navegador Google Chrome, o atalho, no teclado, para atualizar a página de internet atual é
- A) F2
  - B) F1
  - C) F5
  - D) F6
14. Ao finalizar um relatório no programa Microsoft Word Professional Plus 2016, o usuário vai imprimir o documento, pressionando, no teclado, o atalho
- A) CTRL+N
  - B) CTRL+B
  - C) CTRL+L
  - D) CTRL+P
15. Antivírus é um programa que localiza, identifica e protege as máquinas contra malwares e pragas virtuais. Um exemplo de antivírus é o
- A) ITIL.
  - B) Ransomware.
  - C) Microsoft Azure.
  - D) Microsoft Defender.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

16. O Estatuto da Criança e do Adolescente completa 33 anos de existência no ano de 2023. Isso representa um marco na garantia de direitos e na proteção das crianças e dos adolescentes. Esse estatuto foi promulgado na data de
- A) 07 de junho de 1990.
  - B) 13 de julho de 1990.
  - C) 01 de outubro de 1990.
  - D) 18 de maio de 1990.
17. O Art. 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA determina que, em situações nas quais se suspeita ou se confirma a existência de atitudes que envolvem castigo físico, crueldade ou situações de degradação e de maus-tratos contra criança ou adolescente, há obrigatoriedade de comunicação
- A) ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
  - B) ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
  - C) à Unidade Básica de Saúde – UBS da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
  - D) à Comunidade escolar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
18. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a Proteção Social deve garantir as seguranças
- A) social, de acolhida e de sobrevivência (rendimento e autonomia).
  - B) alimentar, de convívio ou vivência familiar de acolhida.
  - C) de sobrevivência (rendimento e autonomia), de acolhida e de convívio ou vivência familiar.
  - D) de acolhida, de convívio ou vivência familiar e social.
19. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), em seu Artigo 2º, estabelece, como um dos objetivos da assistência social,
- A) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
  - B) a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
  - C) a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
  - D) a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
20. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seu Art. 19, § 2, determina que a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de
- A) 12 meses.
  - B) 15 meses.
  - C) 16 meses.
  - D) 18 meses.

21. O Art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) estabelece que o Direito à liberdade da criança e do adolescente compreende
- A) crença e culto religioso.
  - B) não participar da vida política, na forma da lei.
  - C) participar da vida familiar e comunitária, com discriminação.
  - D) colaborar com as atividades remuneradas dos pais e responsáveis quando necessário.
22. A Resolução Nº 178, de 15 de setembro de 2016, estabelece parâmetros e recomendações para implantação, implementação e monitoramento do Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA, módulo Conselho Tutelar. O monitoramento do SIPIA Conselho Tutelar será constituído por
- A) componente de análise psicossocial e avaliação das demandas criminais.
  - B) componente de avaliação e monitoramento do funcionamento do uso do sistema e dados referentes ao território de atuação.
  - C) componente de avaliação e monitoramento do funcionamento do uso do sistema e monitoramento das estatísticas das violações de direitos de crianças e de adolescentes, com base nos registros armazenados no sistema.
  - D) componente de análise psicossocial e monitoramento das estatísticas das violações de direitos de crianças e de adolescentes, com base nos registros armazenados no sistema.
23. O acesso às informações do SIPIA Conselho Tutelar será por meio de perfis de acesso, conforme níveis estabelecidos na política de
- A) preços.
  - B) segurança.
  - C) hierarquia.
  - D) controle.
24. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, fundamenta-se na
- A) discriminação à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais e no fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida.
  - B) centralidade da família nas políticas públicas, na primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família, e no reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades.
  - C) centralidade da família nas políticas públicas, na primazia da responsabilidade da esfera privada no fomento de políticas integradas de apoio à família e no desconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades.
  - D) na garantia dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade dos Programas de Famílias Acolhedoras e de Acolhimento Institucional de crianças e de adolescentes no reordenamento dos programas de Acolhimento Institucional e na adoção centrada no interesse do adotante.

25. Dentre os objetivos do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, busca-se “Fomentar a implementação de programas para promoção da autonomia do adolescente e/ou jovem egressos de programas de acolhimento”. Esse objetivo contribui para o desenvolvimento de parâmetros para
- A) avaliação de desempenho pessoal.
  - B) organização de Projeto de Vida.
  - C) avaliação de cumprimento disciplinar.
  - D) organização, monitoramento e avaliação.
26. A resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014, inclui, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a faixa etária de
- A) 12 a 60 anos.
  - B) 16 a 59 anos.
  - C) 18 a 59 anos.
  - D) 06 a 60 anos.
27. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2019), a Proteção Social Básica compreende os serviços
- A) de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
  - B) de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas; e de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).
  - C) de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); e de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
  - D) de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); Especializado em Abordagem Social; e de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
28. No Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, a unidade de oferta de atendimento necessariamente é
- A) Centro POP.
  - B) Centro de Referência de Assistência Social- CRAS.
  - C) Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos.
  - D) Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS.
29. A Lei Nº 12.594/2012 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescentes que pratiquem ato
- A) normativo.
  - B) infracional.
  - C) enunciativo.
  - D) penal privado exclusivo.



**PROCESSO DE ESCOLHA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO CONSELHO TUTELAR**  
**EDITAL Nº 001/2023 – CMDPCA/JG**

- 30.** De acordo com o SINASE, competem as funções executiva e de gestão do SINASE competem à Secretaria
- A) Nacional de Juventude- SNJ.
  - B) Nacional da Família- SNF.
  - C) Nacional de Políticas sobre Drogas- SENAD.
  - D) de Direitos Humanos da Presidência da República -SDH/PR.
- 31.** Segundo o Art. 51 do SINASE, a decisão judicial relativa à execução de medida socioeducativa só será proferida após manifestação
- A) do Ministério Público e do CRAS.
  - B) da Defensoria Pública e do Ministério Público.
  - C) do Conselho Tutelar e da Defensoria Pública.
  - D) do Conselho Tutelar e do Ministério Público.
- 32.** A Política Nacional Sobre Drogas, entre os seus objetivos, busca a Conscientização e proteção da sociedade brasileira dos prejuízos sociais, econômicos e de saúde pública representados pelo uso
- A) recreativo e social de drogas lícitas.
  - B) abusivo de drogas e jogos cibernéticos.
  - C) social e pela dependência de drogas lícitas e ilícitas.
  - D) indevido e pela dependência de drogas lícitas e ilícitas.
- 33.** A Política Nacional de Redução de Danos, no Art. 7º, determina que se deve incluir, nas estratégias de redução de danos, iniciativas relacionadas ao consumo da substância psicoativa
- A) crack.
  - B) tabaco
  - C) bebida alcoólica
  - D) cannabis sativa
- 34.** A Lei de Diretrizes e Bases – LDB estabelece que “A educação é dever da família e do Estado”. Essa afirmação é inspirada nos princípios de
- A) disciplina e liberdade.
  - B) acesso e desempenho escolar.
  - C) liberdade e monitoramento e avaliação.
  - D) liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

35. Na LDB, consta que é assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde, em regime hospitalar ou domiciliar, por tempo prolongado. Segundo a LDB, o atendimento educacional, no período de internação hospitalar, é permitido
- A) por até 02 meses.
  - B) por até 06 meses.
  - C) por até 12 meses.
  - D) durante toda a internação.
36. A Lei Municipal Nº 1546/2023, que dispõe sobre Conselhos Tutelares do Município de Jaboatão dos Guararapes, determina que “Cada Conselho Tutelar é um órgão integrante da administração pública municipal, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população domiciliada na circunscrição da Região Político-administrativa de sua instalação”. Determina, também, que a quantidade de Conselhos Tutelares em cada Região Político-administrativa do Município do Jaboatão dos Guararapes é de
- A) 02.
  - B) 01.
  - C) 03.
  - D) 04.
37. No Art. 06 da Lei Municipal nº 1546/2023, em que são definidas as atribuições do Conselhos Tutelares-CT do Município de Jaboatão dos Guararapes, informa é estabelecido que o CT deve “promover a execução de suas decisões”, de forma a
- A) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; e representar, junto à autoridade judiciária, nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
  - B) representar a sua jurisdição no tocante a agravos de saúde e requisitar informações a órgãos com poder de polícia.
  - C) requisitar serviços privados nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; e representar, junto a sua jurisdição, informações sigilosas a órgãos específicos.
  - D) representar tratativas de organizações sem fins lucrativos e requisitar apoio às políticas públicas municipais.
38. A referida Lei sobre os Conselhos Tutelares do Município de Jaboatão dos Guararapes determina que as decisões do Conselho Tutelar podem ser revistas por autoridade
- A) policial.
  - B) judiciária.
  - C) legislativa.
  - D) sanitária.

39. O “Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora”, promulgado pela Lei nº 1401/2019, no âmbito do Município do Jaboatão dos Guararapes, é voltado para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial. A Lei estabelece que às famílias acolhedoras o executivo municipal deve conceder bolsa-auxílio no valor de
- A) meio salário vigente.
  - B) um salário-mínimo vigente.
  - C) um quarto de salário-mínimo vigente.
  - D) dois salários-mínimos vigentes.
40. O nome do membro designado a receber a bolsa-auxílio do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, no âmbito do Município do Jaboatão dos Guararapes, deverá constar, para fins de concessão, no Termo de
- A) curatela.
  - B) inventário.
  - C) guarda e responsabilidade.
  - D) responsabilidade fiscal.